

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015**

Objeto: Aquisição de Kits e Reagentes para Exames, incluindo a Cessão, Instalação e Manutenção, sem nenhum ônus a Prefeitura, a título de comodato, de 01 (um) Aparelho (novo) Analisador de Bioquímico Totalmente Automático, durante o período de vigência do contrato, para o Laboratório Municipal de Saúde Pública.

**EXTRATO DE JULGAMENTO DE RECURSO E DE ANULAÇÃO**

Vem à deliberação superior, devidamente informado, os autos do processo licitatório em referência, com o **recurso administrativo** interposto **tempestivamente** pela empresa recorrente **LABTEST DIAGNÓSTICA S/A**, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro na ata da sessão pública de processamento do certame licitatório.

Notou-se que depois da r. decisão proferida pelo Pregoeiro na ata da sessão pública de processamento da licitação em referência, na qual foi declarada vencedora a empresa licitante: **CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA**, manifestou-se o representante presente da empresa licitante **LABTEST DIAGNÓSTICA S/A**, sua intenção de apresentar **recurso**, abrindo-se então o **prazo de 3 (três) dias** para apresentação de suas razões recursais, bem como, ficando as demais licitantes intimadas para apresentarem as contra-razões, verificando-se a insurgência dentro do prazo, do **recurso administrativo** interposto pela empresa recorrente **LABTEST DIAGNÓSTICA S/A**. Por sua vez, as empresas licitantes: **CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA** e **LABINBRAZ COMERCIAL LTDA**, regularmente intimadas se manifestaram, apresentando suas **contra-razões de recurso**.

Refletindo sobre o embasamento legal da r. decisão recorrida, em relação aos critérios e requisitos estabelecidos no **Edital nº 80/2015** da licitação modalidade **Pregão Presencial nº 55/2015**, as razões de recurso apresentadas pela empresa recorrente e as contra-razões de recurso apresentadas pelas empresas impugnantes, bem como, amparado no **parecer** emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, convenço-me de que o Pregoeiro acertou na sua decisão anteriormente proferida.

No entanto, procedendo à análise das razões argüidas tanto pela empresa recorrente como pelas empresas impugnantes, bem como, amparado no **parecer** emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, a qual assim se manifestou:

**II – DO PARECER**

**3. O requerente protocolou um Recurso Administrativo, tempestivo, contra a decisão do Pregoeiro em desclassifica-la pois a mesma no item 22 apresentou somente a albumina, quando o edital exigia “exame proteínas + albumina, (PROTI 2) – 500ml”. Alega, a recorrente, que ao tomar conhecimento do edital, observou que no item 22 o nome “proti 2” é em verdade o nome comercial utilizado pela empresa Wiener para o produto de sua fabricação que contém albumina e proteína. Assim, a empresa recorrente entrou em contato, através de email, com o responsável pelo Laboratório Municipal para pedir esclarecimentos, tendo em vista que a exigência do edital, além de ser somente da empresa Wiener, é de aplicação através de metodologia manual, divergente dos demais itens que compõem o lote 01, que tem aplicação através da metodologia automatizada. Por sua vez, o responsável pelo Laboratório Municipal, respondeu esclarecendo que o nome comercial deveria ser desconsiderado, e, que quanto ao item 22, a exigência era apenas albumina. Sendo certo, que após tal informação a empresa, para o item mencionado cotou a albumina. A empresa CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA, empresa vencedora, apresentou contrarrazões ao recurso, justificando que o email do responsável pelo laboratório, apenas pediu para desconsiderar o “proti 2” mais que a exigência era proteína + albumina, e que há outras laboratórios que fornecem o mesmo kit, contendo albumina e proteína, sendo assim não houve direcionamento. A empresa LABINBRAZ COMERCIAL LTDA, participante da licitação, também apresentou contrarrazões ao recurso, solicitando o não provimento do mesmo, pelas mesmas razões da empresa CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA.**

**4. A licitação pública é um procedimento obrigatório para o Poder Público quando pretende realizar contratos para adquirir, locar, alienar bens, contratar a execução de obras ou serviços. Esse foi o método adotado para se evitar desvio no objetivo principal do processo, qual seja a**

contratação da proposta que melhor se adeque ao interesse público, sem nenhum tipo de direcionamento. Nesse contexto, os princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade e da isonomia assumem importante papel para inibir e auxiliar no controle de atos que conflitem com essa finalidade pública da licitação. Assim sendo, ato administrativo praticado com afronta a lei deverá ser decretado inválido pela própria administração autora do ato. É esse o sentido das Súmulas 346 e 473 do STF: **Súmula 346 – A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos. Súmula 473 – A administração pode anular seu próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada em todos os casos, a apreciação judicial.** Sendo assim, é claro e evidente que, no caso da Administração comprovar que houve ilegalidade no procedimento licitatório, deve anulá-lo.

5. No caso em tela, no edital quando o responsável pelo Laboratório Municipal exigiu no item 22 “proteína 2” nome comercial do exame proteína + albumina da empresa Wiener, ficou configurado o direcionamento, pois apenas o fabricante Wiener e sua representantes poderiam participar do certame, o que ensejou na ilegalidade do edital. O fato da empresa Labtest entrar em contato com o responsável pelo laboratório municipal não afasta a ilegalidade do ato, tendo em vista que o correto seria impugnar o edital, para assim, a administração corrigir o erro e republicá-lo, esse ato sim afastaria a ilegalidade. O senhor Sergio, no momento que respondeu por email a empresa Labtest, acabou por cometer outra ilegalidade repassando uma informação privilegiada a empresa licitante que as outras empresas não tinham, o correto seria o senhor Sergio esclarecer para a empresa o procedimento adequado de impugnar o edital.

6. Por todos os motivos acima mencionados, a medida assertiva é de anular todo o procedimento licitatório, pois o mesmo está eivado de vícios que o tornam ilegal. **III – DA CONCLUSÃO** 7. Por todo o exposto, com relação ao Recurso Administrativo interposto, opino pelo não provimento do mesmo. E, após analisar os fatos narrados e os documentos acostados OPINO pela nulidade do procedimento licitatório.

No presente caso, restou demonstrado nos autos, que este processo está eivado de vícios que o tornam ilegal, sendo inviável a concretização deste certame sem uma melhor adequação dos termos do Edital, bem como, do objeto a ser licitado.

Submetida à minha superior análise para final decisão, **DECIDO** no aspecto estritamente legal e sob a ótica do posicionamento estabelecido no Edital, pelo conhecimento do **recurso administrativo** interposto, e pelo **improvemento** do mesmo, tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie.

**Decido** ainda, **ANULAR** o presente certame licitatório, nos termos art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93, haja vista a existência de vícios que o tornam ilegal, acarretando assim, a inviabilidade de sua concretização sem uma melhor adequação dos termos do Edital, bem como, do objeto a ser licitado.

Diante da decisão exposta, ordeno a publicação dessa anulação na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial: [www.bebedouro.sp.gov.br](http://www.bebedouro.sp.gov.br), concedendo às empresas, a partir da data da publicação do extrato de anulação desta licitação, **prazo legal de 5 (cinco) dias úteis** para interposição de recursos, nos termos e em cumprimento ao disposto no **artigo 109, inciso I, letra “c”**, da **Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações.

Por fim, em atendimento ao **parágrafo 5º**, do **artigo 109**, da **Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações, coloque-se os autos do processo licitatório com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura, situado à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, nesta cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Bebedouro/SP., 1 de outubro de 2015.

**FERNANDO GALVÃO MOURA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**